Ministério da Educação

Demonstrações Contábeis e notas explicativas

3º Trimestre de 2022

INSTITUTO FEDERAL

Acre

Instituto Federal do Acre

Ministério da Educação
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre

Rosana Cavalcante dos Santos
Reitora

José Claudemir Alencar do Nascimento
Pró-Reitor de Administração

Franklyn Oliveira Firmo
Diretor de Contabilidade e Finanças

Greiciane Coelho Camargo
Coordenadora de Contabilidade

Andreza Araújo do Nascimento Melo
Coordenação de Contabilidade

Instituto Federal do Acre
Rua Coronel José Galdino, 495
Bosque – Rio Branco/AC
CEP: 66077-830

www.ifac.edu.br
Contato: proad.dircf@ifac.edu.br

Elaborado por:
Greiciane Coelho Camargo (Contador)
Franklyn Oliveira Firmo (Contador)

Sumário

Apresentação 5
1. Base De Preparação Das Demonstrações e Práticas Contábeis 7
1.1 - Consolidação das demonstrações contábeis 7
1.2 - Conta Única do Governo Federal.....8
1.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores.....8
1.4 - Recursos orçamentários x recursos financeiros 9
1.5 - Restos a Pagar 9
1.6 - Demonstrativos Contábeis 10
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis 11
3. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP – 3º Trimestre/2022.....16
3.1 - Ativo Circulante E Não Circulante 16
3.2 - Caixa e Equivalente De Caixa.....16
3.3 - Estoques.....17
3.4 - Imobilizado.....19
3.4.1 - Bens Móveis 19
3.4.2 - Bens Imóveis 22
3.4.2.1 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.....23
3.5 - Intangível 23
3.6 - Passivo Circulante, Não Circulante E PL 24
3.6.1 - Fornecedores e Contas a Pagar 25
3.6.2 - Obrigações Contratuais 26
3.7 - Resultados Acumulados E Patrimônio Líquido.....28
4. Notas Explicativas à Demonstr. das Var. Patrimoniais – DVP – 3º Trimestre/2022.....29
4.1 - Resultado Patrimonial 29
4.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas 30
4.3 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas 30
5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO – 3º Trimestre/2022 32
5.1 - Receitas.....32
5.2 – Despesas 33
5.3 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar.....34
6. Notas Explicativas Ao Balanço Financeiro – BF – 3º Trimestre/2022.....36
6.1 - Ingressos financeiros 36
6.2 - Dispêndios 36
6.3 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas.....37
6.4 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários.....38
6.5 Resultado Financeiro 39
7. Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC – 3º Trimestre/2022.....41
7.1 - Atividades Operacionais 41
7.1.1 - Ingressos.....42

7.1.2 - Desembolsos 42
7.2 - Atividades de Investimento 43
7.3 - Atividades de Financiamento 44
8. Conclusão 45
9. Anexos 46
9.1 – Balanço Patrimonial – 3º Tri/2022 46
9.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – 3º Tri/2022 48
9.3 – Balanço Orçamentário – 3º Tri/2022 51
9.4 – Balanço Financeiro – 3º Tri/2022 54
9.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – 3º Tri/2022 55

INSTITUTO FEDERAL
Acre

Apresentação

A instalação de uma instituição pública federal de educação profissional e tecnológica no Acre foi um sonho almejado por um século. A Rede Federal nasceu em 1906 com as Escolas de Aprendizes e Artífices, porém apenas em maio de 2006 é que entrou em tramitação na Câmara Federal um Projeto de Lei de autoria do Executivo para criar no Estado uma Escola Técnica Federal no Estado. E no dia 13 de novembro de 2007, pela Portaria 1.065, o Ministério da Educação designou ao então Centro Federal de Educação do Amazonas – CEFET-AM a missão de implantar a Escola Técnica Federal do Acre.

No dia 28 de março de 2008, no auditório do Sebrae, em Rio Branco, Capital do Acre, aconteceu a primeira audiência pública que indicou a criação de uma Escola Federal na Capital e duas Unidades Avançadas, uma em Sena Madureira e outra em Cruzeiro do Sul. A doação dos terrenos para a instalação das três escolas foi efetivada naquele mesmo ano, bem como o CEFET-AM licitou as obras.

Porém, no dia 29 de dezembro de 2008 foi publicada a Lei 11.892 e a Escola Técnica que ainda estava no papel se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC. E, somente um ano depois, no dia 17 de dezembro de 2009, é que foi nomeado o primeiro Reitor Pro tempore do IFAC.

Um grupo de servidores da Rede Federal oriundos de vários Estados do País com auxílio de colaboradores indicados pelo Governo do Estado do Acre iniciaram em 2010 as atividades práticas do Instituto se estabelecendo provisoriamente a Reitoria em duas salas no Anexo da Biblioteca na Universidade Federal do Acre – UFAC e promovendo os primeiros processos seletivos de alunos e concursos públicos para professores e técnicos.

A posse coletiva dos primeiros servidores aconteceu no Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco, no dia 21 de junho de 2010, passando a ser simbolicamente a data a ser comemorada como o aniversário do IFAC.

O Instituto Federal do Acre – IFAC iniciou suas atividades com quatro campi (Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Xapuri) no final de julho de 2010 ofertando apenas cursos técnicos nas modalidades presenciais subsequente (ou pós-médio) e PROEJA (educação de jovens e adultos integrado ao médio) e superiores em licenciatura e tecnológicos. A primeira oferta não passou de aproximadamente 400 alunos distribuídos em nove turmas.

Hoje o IFAC possui mais de seis mil alunos em cursos técnicos nas modalidades Integrado ao Médio, Integrado Proeja e Subsequente (presencial e a distância), mais de 1.500 alunos em cursos superiores de licenciatura, tecnológico e bacharelado, 120 de pós-graduação

(especialização) e até 2015 certificou cerca de 15 mil pessoas em cursos de formação inicial e continuada de programas nacionais como o Mulheres Mil e o Pronatec.

De quatro campi iniciais, hoje o IFAC possui 6 unidades presenciais distribuídos em todas as regionais do Estado, 15 polos com a oferta de cursos à distância. Através de programas especiais, o Instituto alcançou os 22 municípios do Acre com Unidades Remotas onde são ofertados cursos de formação inicial e continuada, além de comunidades distantes dos centros urbanos como reservas extrativistas e aldeias.

As atividades de Execução, são efetuadas de forma centralizada na UG executora da Reitoria, porém, em 2019, foram criadas cinco UGs executoras dos Campi já em funcionamento, para que fosse possível a descentralização administrativa, prevista para o exercício de 2020, no entanto, foi publicada a **Portaria nº. 13.623, de 10 de dezembro de 2019**, que objetiva o redimensionamento de UASG, conforme prazos estabelecidos, sendo necessário a continuação dos trabalhos centralizados pela reitoria (órgão 26425). Por Unidade Gestora entende-se: unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

Segue abaixo, os dados dos *Campi:*

CNPJ	CAMPUS	UGE
10.918.674/0001-23	**Reitoria ***	**158156**
10.918.674/0003-95	Campus Rio Branco	156437
10.918.674/0005-57	Campus Cruzeiro do Sul	156438
10.918.674/0004-76	Campus Sena Madureira	156439
10.918.674/0006-38	Campus Xapurí	156440
10.918.674/0002-04	Campus Tarauacá	156441
10.918.674/0007-19	Campus Baixada do Sol	
Fonte: https://portal.ifac.edu.br/institucional.html ***UG Executora Centralizada**		

1. Base De Preparação Das Demonstrações e Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da IFAC, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis consolidam as contas contábeis do órgão.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP);
II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
III. Balanço Orçamentário (BO);
IV. Balanço Financeiro (BF);
V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

1.1 - Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual a IFAC faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Entra – OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de 5º nível 2 – Intra.

Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

1.2 - Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFAC quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

1.4 - Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O "orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais". *(http://www.transparencia.gov.br/glossario).*

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, "pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária". *(http://www.conass.org.br).*

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários).

A "despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento". *(http://www.transparencia.gov.br/glossario)*.

1.5 - Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte ("resíduos passivos"); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. *(http://portal.tcu.gov.br/)*

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

1.6 - Demonstrativos Contábeis

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na "revisão analítica", considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades da IFAC, por meio da análise horizontal e vertical e Inter demonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da IFAC tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da IFAC é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) transferências concedidas; (IV) empréstimos e financiamentos concedidos; (V) adiantamentos; e (VI) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados por todos os órgãos vinculados ao MEC.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias que compõe o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (I) valor justo; e (II) custo depreciado. No âmbito da IFAC, não há essa categoria de investimentos.

h) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da IFAC, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O cálculo referente à depreciação de Bens Imóveis de Uso Especial é realizada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG, em atendimento à Instrução Normativa SPU nº 1, de 02.12.2014, que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização; e à Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10.12.2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União é registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da IFAC é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da IFAC são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

k) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) riscos trabalhistas; (II) riscos fiscais; (III) riscos cíveis; (IV) repartição de créditos tributários; (V) provisões matemáticas; e

(VI) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

l) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

3. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP – 3º Trimestre/2022

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial têm-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, Parte V, 9ª Ed. 2021)

3.1 - Ativo Circulante E Não Circulante

O Ativo Circulante no final do terceiro trimestre de 2022 equivale a cerca de 10,16% em relação ao montante do Ativo Total, sendo composto por Caixa e Equivalentes de Caixa com 58,22%, seguidos de Demais Créditos a Curto Prazo 39,08% e Estoques 2,70% em relação ao total do Ativo Circulante, sendo a ordem apresentada por grau de liquidez, em comparação ao final do exercício de 2021 percebe-se um aumento de cerca de 23,36%. O Saldo do Ativo Não Circulante em 30/09/2022 equivale a cerca 89,84% do Ativo Total. Comparando-se ao mesmo período do exercício anterior, observa-se um aumento em cerca de 7,31%.

Quadro 01 – Ativo Composição

Ativo	30/09/2022	31/12/2021	AV*	AH*
Ativo Circulante	***12.634.533,88***	***10.241.906,91***	***10,16***	**23,36**
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.355.789,68	9.159.612,84	***58,22***	***-19,69***
Demais Créditos a Curto Prazo	4.937.178,80	674.581,30	***39,08***	***631,89***
Estoques	341.565,40	407.712,77	***2,70***	***-16,22***
Ativo Não Circulante	***111.718.240,65***	***104.077.002,98***	***89,84***	**7,34**
Ativo Realizável a Longo Prazo	*1.557,54*	*1.557,54*	***0,00***	***0,00***
Imobilizado	110.944.912,27	103.507.557,60	***99,31***	***7,19***
Intangível	771.770,84	567.887,84	***0,69***	***35,90***
Total do Ativo	***124.352.774,53***	***114.318.909,89***	**100**	***8,78***

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

3.2 - Caixa e Equivalente De Caixa

O grupo Caixas e equivalente de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses.

No Quadro a seguir é apresentada a composição do item Caixa e Equivalentes de Caixa, no fim do 3º Trimestre de 2022 em comparação ao final do Exercício Anterior.

Quadro 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

Detalhamento	30/09/2022	31/12/2021	AV*	AH*
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	35.134,79	44.303,13	0,48	-20,69
Limite de Saque com vinculação de Pgto	1.684.887,49	1.889.972,75	22,91	-10,85
Limite de Saque c/ vinc. de Pgto - Ordem P	5.635.767,40	7.225.336,96	76,62	-22,00
Caixa e Equivalente de Caixa	***7.355.789,68***	***9.159.612,84***	-	**-19,69**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Observa-se que 99,52% das disponibilidades do Caixa e Equivalentes de Caixa são Recursos da Conta Única do Tesouro decorrentes de transferências realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através do MEC, os demais 0,48% referem-se a cauções recebidas de empresas referente a garantia contratual. Pode-se notar que houve um decréscimo neste grupo de cerca de 19,69 % em relação ao final do Exercício Anterior.

3.3 - Estoques

No Quadro a seguir, apresenta-se a composição do Grupo Estoques, para o final do Terceiro Trimestre de 2022 em comparação ao final do Exercício Anterior.

Quadro 03 - Estoques

	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
Estoques	341.565,40	407.712,77	-16,22

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Percebe-se uma diminuição de 16,22 % em relação ao fim do Exercício Anterior.

No Quadro abaixo demonstra-se a Composição do Grupo Estoques:

Quadro 04 – Estoques - Composição

Conta - Discriminação	30/09/2022	AV (%)
1.1.1.5.6.1.01.00 - Estoques		
07 - Gêneros de Alimentação	901,31	0,26
14 - Material Educativo e Esportivo	22.577,34	6,61
15 - Material para Festividades e Homenagens	70,12	0,02
16 - Material de Expediente	162.454,15	47,56
17 - Material de Processamento de Dados	36.684,42	10,74
19 - Material de Acondicionamento de Embalagem	10.659,07	3,12
21 - Material de Copa e Cozinha	4.986,34	1,46
22 - Material de Limpeza e Prod. De Higienização	5.076,71	1,49
23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos	33.381,30	9,77
25 - Material para Manutenção de Bens Móveis	4.224,23	1,24
26 - Material Elétrico e Eletrônico	13.727,27	4,02
28 - Material de Proteção e Segurança	36.562,47	10,70
35 - Material Laboratorial	6.100,00	1,79
36- Material Hospitalar	15,79	0,00

42 - Ferramentas	3.959,08	1,16
44 - Material de Sinalização Visual e Outros	185,80	0,05
Subtotal	**341.565,40**	
TOTAL	**341.565,40**	

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Tendo em vista a demonstração dos itens que compõe a conta Estoque, observa-se que o grupo Material de Expediente corresponde a 47,56% do total da conta, seguido de Material de Processamento de dados representando 10,74% do total, esses dois grupos são responsáveis por 58,30% do total da Conta Estoques.

Cabe salientar que após a implantação do sistema SIADS – módulo almoxarifado, o setor de Patrimônio envia mensalmente o RMA para que seja confrontado com o constante na conta de Estoques, demonstrada acima. Destacamos que, na competência 09/2022 foi identificada uma diferença nos itens 16 – Material de Expediente (R$ 12,00), 17 – Material de Processamento de Dados (R$ 25,59), 21 – Material de Limpeza (-R$ 2.372,93) e 28 – Material de Proteção (R$ 37,62), totalizando uma diferença a menor de R$ 2.297,72 em comparação ao registrado no SIAFI. As conferências são realizadas é encaminhado ao setor COPAL para que sejam analisadas as diferenças assim como realizar os procedimentos necessários para que as contas contábeis reflitam fidedignamente a realidade do IFAC.

RMA -SETEMBRO / 2022			
SUBITEM	**SIAFI**	**TOTAL RMAS**	**DIFERENÇA**
7	R$ 901,31	R$ 901,31	-
14	R$ 22.577,34	R$ 22.577,34	-
15	R$ 70,12	R$ 70,12	-
16	R$ 162.454,15	R$ 162.442,15	R$ 12,00
17	R$ 36.684,42	R$ 36.658,83	R$ 25,59
19	R$ 10.659,07	R$ 10.659,07	-
21	R$ 4.986,34	R$ 7.359,27	- R$ 2.372,93
22	R$ 5.076,71	R$ 5.076,71	-
23	R$ 33.381,30	R$ 33.381,30	-
25	R$ 4.224,23	R$ 4.224,23	-
26	R$ 13.727,27	R$ 13.727,27	-
28	R$ 36.562,47	R$ 36.524,85	R$ 37,62
35	R$ 6.100,00	R$ 6.100,00	-
36	R$ 15,79	R$ 15,79	-
42	R$ 3.959,08	R$ 3.959,08	-
44	R$ 185,80	R$ 185,80	-
TOTAL	**R$ 341.565,40**	**R$ 343.863,12**	**-R$ 2.297,72**

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Destaca-se a importância de que mesmo havendo integração entre os sistemas, é necessário o acompanhamento tanto pelo setor de patrimônio quanto pelo setor de contabilidade, sendo de extrema importância a análise dos dados para acompanhamento da evolução.

3.4 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/09/2022, o Instituto Federal do Acre apresentou um saldo de R$ 110.945.112,27 (cento e dez milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, cento e doze reais e vinte e sete centavos) relacionados a imobilizado. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o final do terceiro Trimestre de 2022 e o fim do exercício de 2021.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	30/09/2022	31/12/2021	AH%
Bens Móveis	**46.641.676,26**	**45.334.328,90**	**2,88**
(+) Valor Bruto Contábil	46.641.676,26	45.334.328,90	2,88
(-) Depr./Amort./Ex Acum. de Bens Móveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	**64.303.436,01**	**58.173.228,70**	**10,54**
(+) Valor Bruto Contábil	64.319.679,82	58.190.988,07	10,53
(-) Depr./Amort./Ex Acum. de Bens Imóveis	-16.243,81	-17.759,37	-8,53
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	**110.945.112,27**	**103.507.557,60**	**7,19**

3.4.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis do **Órgão 26425 – Instituto Federal do Acre,** em 30/09/2022, totalizavam R$ 46.641.476,26 (quarenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos), e conta com um aumento real de 2,88% e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 02 – Bens Móveis - Composição

	30/09/2022	31/12/2021	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.335.177,17	9.095.610,13	**2,63**
Bens de Informática	17.723.864,04	16.999.287,33	**4,26**
Móveis e Utensílios	9.673.074,99	9.566.374,71	**1,12**
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	4.996.199,18	4.759.895,85	**4,96**
Veículos	4.645.691,40	4.645.691,40	**0,00**
Demais Bens Móveis	267.469,48	267.469,48	**0,00**
Total	**46.641.476,26**	**45.334.328,90**	**2,88**

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Dos Bens Móveis registrados no IFAC, os subgrupos Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, Bens de Informática e Móveis e Utensílios são os que mais representam a totalidade do grupo. Em análise verifica-se uma variação positiva no subgrupo Bens de Informática (4,26%), Material Cultural, Educacional e de Comunicação (4,96%).

Cabe salientar que os Bens Móveis registrados no Balanço Patrimonial não refletem com total fidedignidade a realidade do IFAC, conforme apontado mensalmente na conformidade contábil, pois não há registro de depreciação, amortização e reavaliação. Outro ponto a se considerar é a limitação sistêmica, que atualmente não gera os devidos registros, além de haver problemas desde a migração no tocante as rubricas de classificação dos itens, muito embora são realizadas análises e conferências e algumas dessas pendências já foram sanadas, ainda constam saldos a reclassificar para que a situação patrimonial do IFAC se torne fidedigna a realidade.

Encontra-se em andamento os trabalhos da comissão de inventário que estão realizando o levantamento da realidade patrimonial do IFAC, sendo que estão em trabalho de finalização. Cabe salientar que ao mesmo tempo está em fase de estudo a implantação do módulo Patrimônio do SIADS para que possa ser realizada a migração dos dados de forma mais fidedigna possível a realidade do IFAC.

Nesta esteira frisamos a importância deste trabalho prévio para que se possa alcançar as correções necessárias, ajustes nos saldos, reavaliações necessárias até a implantação do sistema SIADS para que se possa alcançar a excelência na gestão e transparência dos dados, porém cabe destacar que o IFAC se encontra com número reduzido de servidores, sendo assim, o andamento dessas atividades demanda maior tempo que o necessário.

Conforme pode-se observar no quadro abaixo, confrontou-se as informações relativas aos relatórios enviados a Coordenação de Contabilidade juntamente com os saldos constantes no SIAFI.

Anexo 1 – Comparação de Saldos – Bens Móveis

NOME DA CONTA	RAZÃO SIAFI		RELATÓRIO RMB - SIPAC		DIFERENÇ A
BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	**CÓDIGO CONTA**	**SALDOS**	**CÓDIGO CONTA**	**SALDOS**	
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	**123110100**	**R$ 9.335.177,17**		**R$ 7.864.189,33**	**1.470.987,84**
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	123110101	R$ 1.297.307,72	5204	R$ 1.226.200,10	R$ 71.107,62
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	123110102	R$ 65.460,17	5206	R$ 42.015,47	R$ 23.444,70
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	123110103	R$ 2.894.344,44	5208	R$ 2.737.617,70	R$ 156.726,74
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	123110104	R$ 291.805,67	5210	R$ 269.461,04	R$ 22.344,63
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	123110105	R$ 125.146,82	5224	R$ 103.786,83	R$ 21.359,99
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	123110106	R$ 100.715,83	5228	R$ 142.195,82	-R$ 41.479,99
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	123110107	R$ 1.822.045,70	5230	R$ 1.905.854,28	-R$ 83.808,58
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	123110108	R$ 1.136,31	5232	R$ 1.136,31	R$ -
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	123110109	R$ 111.601,13	5238	R$ 114.046,85	-R$ 2.445,72
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	123110112	R$ 47.951,00	5257	R$ 45.919,00	R$ 2.032,00
EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROT. VIG. AMBIENTAL	123110119	R$ -	5283	R$ 20.600,00	-R$ 20.600,00
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	123110120	R$ 459.953,57	5240	R$ 724.585,56	-R$ 264.631,99
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC	123110121	R$ 7.130,07	5239	R$ 33.902,43	-R$ 26.772,36
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELE	123110124	R$ 19.470,00	-	R$ -	R$ 19.470,00
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO DIVERSOS	123110125	R$ 2.091.108,74	5234	R$ 480.767,94	R$ 1.611.480,20
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	123110199	-	5299	R$ 16.100,00	-R$ 16.100,00
Bens De Informática	**123110200**	**R$ 17.723.864,04**		**R$ 16.016.954,30**	**1.706.909,74**
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUN	123110201	R$ 17.723.864,04			
EQUIP DE PROCESSAMENTO DE DADOS			5235	R$ 10.578.894,20	
EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE			5237	R$ 162.620,70	
EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES			5241	R$ 3.929.238,07	
EQUIPAMENTOS DE TIC – SERV/STORAGE			5243	R$ 1.099.700,00	
EQUIPAMENTOS DE TIC – IMPRESSORAS			5245	R$ 241.581,53	
EQUIPAMENTOS DE TIC - TELEFONIA			5247	R$ 4.919,80	
Móveis e Utensílios	**123110300**	**R$ 9.673.074,99**		**R$ 11.487.658,59**	**-1.815.262,38**
APARELHOS E UTENSILIOS DOMÉSTICOS	123110301	R$ 1.228.411,86	5212	R$ 1.777.306,78	-R$ 548.894,92
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITÓRIO	123110302	R$ 750.360,73	5236	R$ 66.513,00	R$ 683.847,73
MOBILIARIO EM GERAL	123110303	R$ 7.694.302,40	5242	R$ 9.643.838,81	-R$ 1.950.215,19
Materiais Culturais, Educ. e de Comunicação	**123110400**	**R$ 4.996.199,18**		**R$ 4.955.607,68**	**45.573,50**
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	123110402	R$ 2.551.472,56	5218	R$ 2.538.180,56	R$ 13.292,00

INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	123110404	R$	203.593,43	5226	R$	139.372,43	R$	64.221,00
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	123110405	R$	2.241.133,19	5233	R$	2.278.054,69	-R$	31.939,50
Veículos	**123110500**	**R$**	**4.645.691,40**		**R$**	**4.510.818,26**		**134.873,14**
VEICULOS EM GERAL	123110501	R$	526.213,44	5248	R$	422.840,31	R$	103.373,13
VEICULOS DE TRACAO MECÂNICA	123110503	R$	4.119.477,96	5252	R$	4.087.977,95	R$	31.500,01
Demais Bens Móveis	**123119900**	**R$**	**267.469,48**		**R$**	**311.990,26**		**-44.520,78**
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	123119908	R$	50.303,91			-	R$	50.303,91
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	123119909	R$	217.165,57	5251	R$	311.990,26		-94.824,69
Intangível	**124000000**	**R$**	**-**		**R$**	**67.995,58**		**-67.995,58**
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	124000000	INTANGÍVEL		4005	R$	67.995,58	INTANGÍVEL	
TOTAL		**R$**	**46.641.476,26**		**R$**	**45.215.214,00**		**1.426.262,26**

Conforme apresentado, vê-se que em 30 de setembro de 2022, existe uma diferença de 1.426.262,26 (um milhão, quatrocentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte centavos) a menos do saldo registrado no SIAFI em confronto ao enviado pelo Relatório Mensal de Bens Móveis da competência 09/2022 (RMB). Com a previsão do recebimento do inventário pela CCONT e em posse de relatórios que estejam o mais próximo da realidade, serão realizados os devidos ajustes contábeis com a finalidade de que seja representado o real saldo dos referidos Bens, a fim de ajustar lançamentos em rubricas genéricas ou equivocadas. Além disso, com a previsão da implantação do sistema SIADS em que será possível o cálculo da depreciação, e em continuidade ao processo de desfazimento de bens, objetiva-se a demonstração do valor real dos Bens Móveis. Salientamos ainda que mensalmente é indicada tal inconsistência na Conformidade Contábil através das restrições 642 e 677, tendo em vista todos os dados explicitados anteriormente.

3.4.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/09/2022 totalizavam R$ 64.303.436,01 (sessenta e quatro milhões, trezentos e três mil, quatrocentos e trinta e seis reais e um centavo) e estão distribuídos em contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição.

	30/09/2022	31/12/2021	AH(%)
Bens de Uso Especial	31.386.545,29	31.386.545,29	0,00
Bens Imóveis em Andamento	32.933.134,53	26.804.442,78	22,86
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-16.243,81	-17.759,37	-8,53
Total	**64.303.436,01**	**58.173.228,70**	**10,54**

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 48,81% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Instituto Federal do Acre, perfazendo o montante de R$ 31.386.545,29 em 30/09/2022 a valores brutos. Verifica-se também que neste período apenas houve a depreciação dos bens imóveis o que representa uma diminuição de 8,53% no valor do exercício anterior, no montante observa-se um aumento de 10,54% no grupo Bens Imóveis em relação ao fim do exercício anterior.

Cabe salientar que os Bens registrados na conta Em Andamento devem ser analisados e alocados em sua devida classificação após findo as obras. A Contabilidade tem emitido documentos alertando para essa finalidade, porém, ainda não se teve respostas satisfatórias quanto a devida informação dos bens para o seu registro.

Em síntese, os bens de uso especiais mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de uso educacional e Edifícios, registrando sua totalidade nesta categoria.

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

	30/06/2022	31/12/2021	AH(%)
Imóveis de Uso Educacional	31.386.545,29	31.386.545,29	**0,00**
Total	**31.386.545,29**	**31.386.545,29**	**0,00**

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.4.2.1 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

3.5 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade deverão ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida deve revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Em 30/09/2022 o Órgão 26425 – Instituto Federal do Acre, apresentou um saldo de R$ 771.770,84 (setecentos e setenta e um mil, setecentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos) relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para o terceiro trimestre de 2022 e o fim do Exercício de 2021.

Tabela 05 – Intangível – Composição.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	AH(%)
Software com Vida Útil Indefinida	770.862,84	566.979,84	35,96
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	908,00	908,00	0,00
Amortização Acumulada	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Total	**771.770,84**	**567.887,84**	**35,90**

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida, que representa cerca de 99,88% do total do grupo, seguido do grupo Marcas, Direitos e Patentes, 0,12%. Cabe salientar que o IFAC não realiza o Impairment Test em seus ativos intangíveis tendo em vista a limitação sistêmica atual do Instituto, além disso nenhum ajuste de exercício anterior fora realizado com itens do Ativo Intangível.

3.6 - Passivo Circulante, Não Circulante E PL

O Passivo Circulante no final do terceiro trimestre de 2022 equivale a 46,99% do Total do Passivo e PL, se comparado ao final do exercício anterior, observou-se um aumento de 21,96%. O saldo constante no Passivo Circulante é composto, em ordem de exigibilidade, por Obrigações Trab. e Previdenciárias com 19,73%, Fornecedores e Contas a pagar 2,53%, e Demais Obrigações a Curto Prazo 77,75%.

Já no Passivo Não Circulante podemos observar o saldo de R$ 35.134,79 (trinta e cinco mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos) referente a conta 228810402 – Depósitos e Cauções Recebidas.

Quanto ao Patrimônio Líquido observa-se que este equivale a 52,88% do Passivo total e não apresentou um resultado relevante em relação ao mesmo período do Exercício Anterior, para tanto será apresentado ao final a análise específica quanto ao resultado do Patrimônio.

Quadro 05 – Passivo e Patrimônio Líquido – Composição

Passivo	**30/09/2022**	**31/12/2021**	**AV***	**AH***
Passivo Circulante	***58.428.860,80***	***47.908.835,22***	***46,99***	**21,96**
Obrigações Trab. e Previdenciárias	11.526.711,13	6.618.000,65	***19,73***	***74,17***
Fornecedores e Cont. a Pagar Curto Prazo	1.476.210,99	576.949,56	***2,53***	***155,86***
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00	***0,00***	**-**
Demais Obrigações a Curto Prazo	45.425.938,68	40.713.885,01	***77,75***	***11,57***
Passivo Não Circulante	**162.441,31**	**647.109,75**	**0,13**	**-74,90**
Obrigações Trab. e Previdenciárias a Longo Prazo	127.306,52	602.806,62	***0,22***	***0,00***
Demais Obrigações a Longo Prazo	35.134,79	44.303,13	***0,06***	***-20,69***
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	***58.591.302,11***	***48.555.944,97***	***47,12***	**20,67**
Patrimônio Líquido	***65.761.472,42***	***65.762.964,92***	***52,88***	**0,00**
Resultado do Exercício	-11.143,57	4.696.243,77	***-0,02***	***-100,24***
Resultados de Exercícios Anteriores	65.762.964,92	61.670.638,92	***100,00***	***6,64***
Ajustes de Exercícios Anteriores	9.651,07	0,00	***0,01***	***#DIV/0!***
Total do Passivo	***124.352.774,53***	***114.318.909,89***	**100**	**8,78**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

3.6.1 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/09/2022, o Instituto Federal do Acre apresentou um saldo em aberto de R$ 1.476.210,99 (Um milhão, quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e dez reais e noventa e nove centavos) relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo a totalidade das obrigações no curto prazo. A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 06 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	30/06/2022	**31/12/2021**	**AH (%)**
Circulante	**1.476.210,99**	**576.949,56**	**155,86**
Nacionais	1.476.210,99	576.949,56	155,86
Estrangeiros			
Não Circulante	-	-	
Nacionais			
Estrangeiros			
Total	**1.476.210,99**	**576.949,56**	**155,86**

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

A totalidade dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais representando cerca de 100% do total a ser pago, além disso percebe-se uma variação aumentativa na ordem de 155,86% em relação ao fim do exercício anterior.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/09/2022.

Tabela 07 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	30/06/2022	AV (%)
158156 – Instituto Federal do Acre	1.476.210,99	100
Total	**1.476.210,99**	**100**

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

O órgão 26425 – Instituto Federal do Acre possui apenas uma UG 158156, sendo que a totalidade do grupo consta na referida UG. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 05 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 30/09/2022.

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	30/09/2022	AV (%)
Artline Ind e Com de Móveis Ltda	257.535,38	17,45
Gold Service Vigilância e Segurança - Eireli	187.373,33	12,69
Vivace Engenharia Ltda	166.720,99	11,29
Construtora Manuella Eireli	110.986,54	7,52
Tec News Eireli	98.410,81	6,67
Demais	655.183,94	44,38
Total	**1.476.210,99**	**100,00**

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.6.2 - Obrigações Contratuais

Em 30/09/2022, o Instituto Federal do Acre possuía um saldo de R$ 36.240.071,25 (trinta e seis milhões, duzentos e quarenta mil, setenta e um reais e vinte e cinco centavos) de obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios, apresentando um acréscimo de 10,82 pontos percentuais se comparado com o fim do exercício anterior. Portanto, **as contas de controle referentes aos saldos de contratos não refletem a realidade nos demonstrativos, pois há casos em que o contrato foi encerrado e não houve a solicitação de baixa na conta, sendo assim, está sendo efetuado ajustes em saldos de contratos encerrados com base nas informações recebidas do setor de Contratos**.

Tabela 09 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	30/09/2022	AV (%)
158156 - Instituto Federal do Acre	36.240.071,25	100
Total	**36.240.071,25**	**100**

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição.

	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
Aluguéis	1.217.900,48	1.651.020,19	**-26,23**
Fornecimento de Bens	862.066,00	0,00	**#DIV/0!**
Seguros	45.758,67	48.667,24	**-5,98**
Serviços	34.114.346,10	31.002.596,88	**10,04**
Total	**36.240.071,25**	**32.702.284,31**	**10,82**

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal do Acre ao final de 30/09/2022, como a execução orçamentária e financeira é centralizada na UG 158156, 100% das obrigações contratuais até o fim do 3º trimestre será de responsabilidade da Reitoria. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 08 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/09/2022.

Tabela 11 - Obrigações Contratuais - Por Contratado

	30/09/2022	AV (%)
Borges Comércio e Construções - EIRELI	3.874.286,61	10,69
Gold Service Vigilância e Segurança	3.331.068,32	9,19
Facto Turismo Ltda	2.906.996,19	8,02
Rafael Wiciuk Eireli	2.284.167,49	6,30
Vivace Engenharia Ltda	1.857.073,30	5,12
Fundo de Imprensa Nacional	1.679.914,80	4,64
Energisa Acre - Distrib. De Energia	1.609.000,00	4,44
Contrutora Manuella - Eirelli	1.369.096,01	3,78
Demais	17.328.468,53	47,82
Total	**36.240.071,25**	**100,00**

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.7 - Resultados Acumulados E Patrimônio Líquido

Conforme evidencia o Quadro a seguir, o patrimônio líquido do órgão em 30 de setembro de 2022 apresenta o valor de R$ 65.761.472,42.

Quadro 07 - Patrimônio Social e Capital Social - Composição

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Patrimônio Social e Capital Social	**-**	**-**		
Adiant. para Futuro Aum. de Capital (AFAC)	**-**	**-**		
Reservas de Capital	**-**	**-**		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	**-**	**-**		
Reservas de Lucros	**-**	**-**		
Demais Reservas	**-**	**-**		
Resultados Acumulados	65.761.472,42	65.762.964,92	52,88	0,00
Resultado do Exercício	-11.143,57	4.696.243,77	-	-100,24
Resultados de Exercícios Anteriores	65.762.964,92	61.670.638,92	-	6,64
Ajustes de Exercícios Anteriores	9.651,07	0,00	-	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**65.761.472,42**	**65.762.964,92**	**52,88**	**0,00**
TOTAL DO PASSIVO E PL	**124.352.774,53**	**114.318.909,89**	**100,00**	**8,78**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

No resultado geral do Patrimônio Líquido, não se observou um aumento expressivo em em relação ao fim do Exercício Anterior. Observa-se uma redução significativa no grupo resultado do exercício, tendo em vista que a comparação se dá entre o 3º trimestre de 2022 e o final do Exercício de 2021.

4. Notas Explicativas à Demonstr. das Var. Patrimoniais – DVP – 3º Trimestre/2022

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Por meio dela é possível verificar o resultado patrimonial do exercício que é apurado na DVP pelo confronte entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. (MCASP, 9ª Ed. 2021).

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial.

4.1 - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a IFAC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a IFAC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quadro 08 – Resultado Patrimonial do Exercício

Demonstração Variações Patrimoniais	***30/09/2022***	***30/09/2021***	***AH (%)***
Variações Patrimoniais Aumentativas	101.490.004,90	92.164.710,17	10,12
Variações Patrimoniais Diminutivas	101.501.148,47	92.235.939,57	10,05
Resultado Patrimonial do Período	**-11.143,57**	**-71.229,40**	**-84,36**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

O Instituto Federal do Acre apresentou um resultado patrimonial de R$ -11.143,57, tendo sofrido uma redução de cerca de 84,36% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

4.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas

Das Variações Patrimoniais Aumentativas, o item que mais contribuiu para o resultado positivo do período foi o de “Transferências e Delegações Recebidas”, com R$ 100.353.045,49 milhões, representando 98,88% do total das VPAs, de acordo com a tabela abaixo.

Quadro 09 – Composição das Variações Aumentativas

Demonstração Variações Patrimoniais	*30/09/2022*	*30/09/2021*	*AH (%)*	*AV (%)*
Variações Patrimoniais Aumentativas	***101.490.004,90***	***92.164.710,17***	**10,12**	**100,00**
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	*6.140,70*	-	**0,00**	**0,01**
VPA Aumentativas Financeiras	-	-	**0,00**	**0,00**
Transferências e Delegações recebidas	100.353.045,49	91.469.881,99	**9,71**	**98,88**
Valoriz. e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.057.883,67	544.782,42	**94,18**	**1,04**
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	72.935,04	150.045,76	**-51,39**	**0,07**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Observa-se que do total dos valores referentes a “Transferências e Delegações Recebidas”, a sua totalidade encontra-se em “Transferência Intragovernamentais” sendo que esta representa a disponibilidade financeira recebida como contrapartida dos recursos.

Tabela 16 – Representatividade das Transferências e Delegações Recebidas

Variações Patrimoniais Aumentativas	30/09/2022	30/09/2021	AH (%)	AV (%)
Transferências e Delegações Recebidas	**100.353.045,49**	**91.469.881,99**	**9,71**	**98,88**
Transferências Intragovernamentais	100.348.046,49	91.469.290,15	**9,71**	98,87
Transferências a Instituições Privadas	0,00	191,84	**-100,00**	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4.999,00	400,00	**0,00**	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

4.3 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Observa-se que do Total das Variações Patrimoniais Diminutivas, o item que teve maior relevância no resultado foi, “Pessoal e Encargos”, totalizando R$ 82.233.751,32, observando um aumento na despesa 4,29% em relação ao mesmo período exercício anterior, sendo seu impacto em 81,02% do valor total das VPD, seguido de Uso de Bens, Serv. e Consumo Capital Fixo, representando 10,68% do total das VPD sofrendo um acréscimo de 10,05% em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme quadro abaixo:

Quadro 10 – Composição das Variações Diminutivas

Demonstração Variações Patrimoniais	*30/09/2022*	*30/09/2021*	*AH (%)*	*AV (%)*
Variações Patrimoniais Diminutivas	***101.501.148,47***	***92.235.939,57***	**10,05**	**100,00**
Pessoal e Encargos	82.233.751,32	78.848.183,19	**4,29**	**81,02**
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.022.809,22	900.291,99	**13,61**	**1,01**
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	587,35	97,91	**499,89**	**0,00**
Uso de Bens, Serv. e Consumo Capital Fixo	10.841.825,15	8.524.062,77	**27,19**	**10,68**
Transferências e Delegações concedidas	350.444,55	457.403,80	**-23,38**	**0,35**
Desv. E Perda de Ativos e Incorp. De Passivos	4.653.754,02	1.697.224,45	**174,20**	**4,58**
Tributárias	176.556,99	72.946,04	**142,04**	**0,17**
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.221.419,87	1.735.729,42	**27,98**	**2,19**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO – 3º Trimestre/2022

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil adequado para demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo composto por um quadro principal, um quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e um Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados (MCASP, 9ª Ed. 2021). Objetivando facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao BO, bem como as informações relacionadas aos Restos a Pagar.

5.1 - Receitas

Em 30/09/2022, o Balanço Orçamentário da Instituto Federal do Acre apresentou receitas realizadas no valor de R$ 24.395,41 (vinte e quatro mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos).

Importante salientar que o déficit apresentado na tabela abaixo, no valor de R$ 110.359.498,23 (cento e dez milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e três centavos) se deu em virtude de no Balanço Orçamentário somente contemplar as receitas diretamente arrecadadas pela própria instituição, excluindo-se as transferências recebidas da União e de outros órgãos. Tais transferências constituem a maior parte das receitas do IFAC.

Tabela 17 – Receitas e Despesas por Categoria econômica

Categoria econômica	Previsão / Fixação	Previsão / Dotação Atualizada	Realização / Execução	Real/Exec (%)	AV (%)
Receitas Correntes	0,00	0,00	24.395,41	0,00	100,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas	**0,00**	**0,00**	**24.395,41**	**0,00**	**100**
Despesas Correntes	131.153.626,00	132.539.516,00	106.030.748,34	80,00	96,06
Despesas de Capital	1.521.155,00	1.136.155,00	4.353.145,30	0,00	3,94
Total das Despesas	**132.674.781,00**	**133.675.671,00**	**110.383.893,64**	**82,58**	**100**
Déficit	-	-	**110.359.498,23**	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

O superávit/déficit é apurado confrontando as receitas com as despesas apresentadas no balanço. Como a maior parte das receitas não está contemplada no balanço, surge o déficit. Ressalta-se que, segundo a 9ª edição do MCASP, este fato não representa irregularidade, haja vista que o balanço da IFAC compõe o BGU que, consolidado, se apresentará em perfeito

equilíbrio. Em relação ao total das receitas previstas, constata-se que elas são compostas somente por receitas correntes.

A tabela seguinte evidencia a representatividade dos grupos de receitas realizadas em relação às receitas previstas do IFAC na data base de 30/09/2022

Tabela 18 – Receitas Previstas X Receitas Realizadas

Receitas	Receita Prevista	Receita realizada	AV (%)
Aluguéis e Arrendamentos	-	5.553,35	**22,76**
Multas e Juros Previstos em Cont.	-	5.946,12	**24,37**
Rest. Desp. Primárias Ex. Ant.	-	12.895,94	**52,86**
Total	**-**	**24.395,41**	**100,00**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Percebe-se que 52,86% do total das receitas realizadas refere-se a Restituições de Despesas Primárias – Ex. Anteriores, sendo recebimentos de despesas devolvidas por GRU, fazendo parte do grupo Outras Receitas Correntes.

5.2 – Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

No quadro abaixo estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

Pelos dados do quadro, o grupo de despesa corrente, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais, teve uma evolução no 3º trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior, apresentando um acréscimo de 4,53%. Analisando o total das despesas empenhadas em relação ao total da dotação atualizada, foram executadas até o terceiro trimestre de 2022, 82,58%. Das Despesas Correntes, o total executado foi de 80% e das Despesas de Capital foi de 383,15%.

No que diz respeito à composição das despesas, é importante mencionar que dos R$ 133.675.671,00 de despesas estimadas para o período, 99,15% referem-se a despesas correntes e apenas 0,85% referem-se às despesas de Capital. Em relação à estimativa das despesas correntes, R$ 106.300.952,00 milhões (80,20%), se referem a despesas com pessoal

e encargos sociais e R$ 26.238.564,00 milhões (19,80%) se referem a outras despesas correntes, tais como a própria manutenção da instituição.

Nota-se que grande parte do total das despesas correntes empenhadas (78,25%) foi para cobrir despesas com remuneração de servidores e os respectivos tributos incidentes sobre a folha de pagamento do exercício de 2022. O restante, é referente a empenhos de despesas com custeio das atividades da Instituição (19,23%).

Quadro 11 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição

GRUPO DESPESA	set/22		set/21		AH (%) (DOT)	AV (%) 2022 EMP/DOT
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
1 – Pessoal e Encargos Sociais	106.300.952,00	82.964.948,90	101.691.719,00	75.540.448,14	4,53	78,05
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-		-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	26.238.564,00	23.065.799,44	22.198.815,00	14.903.382,93	18,20	87,91
Subtotal Despesas Correntes	**132.539.516,00**	**106.030.748,34**	**123.890.534,00**	**90.443.831,07**	**6,98**	**80,00**
4 - Investimentos	1.136.155,00	4.353.145,30	1.918.918,00	1.493.763,53	-40,79	383,15
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização Dívida	-	-	-	-	-	-
Subtotal Despesa de Capital	**1.136.155,00**	**4.353.145,30**	**1.918.918,00**	**1.493.763,53**	**-40,79**	**383,15**
9 - Reserva Contingência	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**133.675.671,00**	**110.383.893,64**	**125.809.452,00**	**91.937.594,60**	**6,25**	**82,58**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5.3 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

O saldo dos Restos a Pagar Não Processados inscritos no Instituto Federal do Acre, órgão 26425, em 30/09/2022, foi de R$ 21.976.048,96 milhões, sendo que desse valor 30,25% referem-se a Despesas Correntes subgrupo Outras Despesas Correntes, e 69,75% a Despesas de Capital subgrupo Investimentos. Observa-se que 55.88% do total constante no quadro encontra-se pago, restando ainda um saldo total de R$ 9.486.942,52, o que representa 44.12% do total inicialmente inscrito, já deduzidos os cancelamentos.

Quadro 12 – Restos a Pagar Não Processados inscritos: Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	1	2	3	4	5	Saldo	AV (%)
	RPNP (Inscritos + Reinscritos)	RPNP Cancelados	RPNP (Inscritos – Cancelados)	RPNP Liquidados	RPNP Pagos		
Despesas Correntes	**6.646.884,71**	**408.895,40**	**6.237.989,31**	**4.785.932,32**	**4.613.939,11**	**1.624.050,20**	**30,25**
Outras Despesas Correntes	6.646.884,71	408.895,40	6.237.989,31	4.785.932,32	4.613.939,11	1.624.050,20	30,25
Despesas de Capital	**15.329.164,25**	**63.644,53**	**15.265.519,72**	**7.548.967,15**	**7.402.627,40**	**7.862.892,32**	**69,75**
Investimentos	15.329.164,25	63.644,53	15.265.519,72	7.548.967,15	7.402.627,40	7.862.892,32	69,75
TOTAL	**21.976.048,96**	**472.539,93**	**21.503.509,03**	**12.334.899,47**	**12.016.566,51**	**9.486.942,52**	**100,00**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Em relação aos Restos a pagar processados e RPNP Liquidados observa-se que 95,94% do total constante no quadro encontra-se pago, restando ainda um saldo total de R$ 331.735,40, o que representa 4,06% do total inicialmente inscrito.

Quadro 13 - Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercício Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	**58.123,65**	**7.634.881,65**	**7.637.138,40**	**-**	**55.866,90**
Pessoal e Encargos Sociais	-	6.759.220,33	6.759.220,33	-	-
Outras Despesas Correntes	58.123,65	875.661,32	877.918,07	-	55.866,90
DESPESAS DE CAPITAL	**275.868,50**	**197.771,65**	**197.771,65**	**-**	**275.868,50**
Investimentos	275.868,50	197.771,65	197.771,65	-	275.868,50
TOTAL	**333.992,15**	**7.832.653,30**	**7.834.910,05**	**-**	**331.735,40**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6. Notas Explicativas Ao Balanço Financeiro – BF – 3º Trimestre/2022

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. A seguir apresentam-se os ingressos e os dispêndios financeiros ocorridos na data base de 30/09/2022.

6.1 - Ingressos financeiros

Em 30/09/2022, o Balanço Financeiro da Instituto Federal do Acre apresentou saldo de R$ 138.182.960,72 milhões nos ingressos financeiros, apresentando um aumento em cerca de 18,13% em relação ao mesmo período de 2021. O grupo que apresentou um aumento mais acentuado foram os Recebimentos Extra Orçamentários (72,61%).

O principal grupo constituinte do saldo dos ingressos financeiros é o grupo Transferências Financeiras Recebidas e Recebimento Extra Orçamentário, que corresponde a 93,35% de todas as entradas financeiras. Esse valor refere-se às transferências intragovernamentais repassadas a IFAC pelo governo federal.

Quadro 14 – Ingressos - Composição

Ingressos	30/09/2022	30/09/2021	AH*
Receitas Orçamentárias	24.395,41	17.731,34	***37,58***
Transferências Financeiras Recebidas	100.348.046,49	91.469.290,15	***9,71***
Recebimentos Extra Orçamentários	28.650.905,98	16.598.319,04	***72,61***
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalente de Caixa	9.159.612,84	8.893.669,39	***2,99***
TOTAL	***138.182.960,72***	***116.979.009,92***	***18,13***

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.2 - Dispêndios

Os dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas despesas orçamentárias. No período analisado, dos R$ 138.182.960,72 milhões de dispêndios financeiros, 79,88%, se referem às despesas orçamentárias que apresentou um acréscimo de 20,06% se comparado ao mesmo período do exercício anterior, em termos percentuais. Essas despesas subdividem-se em dispêndios ordinários e dispêndios vinculados e são executados conforme determinação da Lei Orçamentária Anual.

Observando-se o total dos dispêndios, observamos um acréscimo de 18,13% se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Quadro 15 – Dispêndios - Composição

Dispêndios	30/09/2022	30/09/2021	AH*
Despesas Orçamentárias	110.383.893,64	91.937.594,60	***20,06***
Transferências Financeiras Concedidas	317.265,65	435.901,51	***-27,22***
Pagamentos Extraorçamentários	20.126.011,75	17.310.301,43	***16,27***
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalente de Caixa	7.355.789,68	7.295.212,38	***0,83***
TOTAL	***138.182.960,72***	***116.979.009,92***	***18,13***

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.3 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Para compreender melhor as informações relacionadas às transferências financeiras, devemos nos reportar ao Balanço Orçamentário. Conforme mencionado nas Notas Explicativas do BO que trata do Resultado Orçamentário, os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício, não são mais demonstrados na coluna da “Previsão Atualizada” da Receita, mas na coluna das “Despesas Empenhadas”, à medida que são executados (empenhados) e pagos. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita contêm os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão.

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extraorçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

O subgrupo Resultantes da Execução Orçamentária das Transferências Financeiras, são compostos, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; c) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma (mesma sistemática para as concessões):

a) Recursos financeiros recebidos pelo MEC: cota;
b) Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;
c) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e campi de cada universidade ou instituto: sub-repasse.

Já o subgrupo Independentes da Execução Orçamentária das Transferências Financeiras são compostos, em sua grande maioria, para pagamento de Restos a Pagar. Esse item possui essa denominação por não se referir à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento em exercícios anteriores.

Verifica-se que um dos itens de maior representatividade monetária registrada no BF se refere ao Repasse Recebido no total de R$ 87.293.146,83 milhões e Transferências Recebidas para Pagamento de RP, o montante de R$ 12.790.525,45, juntos representam 99,74% do total das transferências recebidas pelo Instituto Federal do Acre - IFAC.

Tabela 19 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas – Composição

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	set/22	AV (%)	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	set/22	AV (%)
Resultantes da Execução Orçamentária	**87.293.146,83**	**86,99**	**Resultantes da Execução Orçamentária**	**0,00**	**0,00**
Repasse Recebido	87.293.146,83	86,99	Repasse Concedido	0,00	0,00
Sub-repasse Recebido	0,00	0,00	Sub-repasse Concedido	0,00	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	**13.054.899,66**	**13,01**	**Independentes da Execução Orçamentária**	**317.265,65**	**100,00**
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	12.790.525,45	12,75	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	250.084,89	78,83
Demais Transferências Recebidas	0	-	Demais Transferências Concedidas	67.180,76	0,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	264.374,21	0,26	Movimento de Saldos Patrimoniais	0,00	0,00
Aporte ao RPPS	**-**	-	**Aporte ao RPPS**	**-**	**-**
Aporte ao RGPS	**-**	-	**Aporte ao RGPS**	**-**	**-**
TOTAL	**100.348.046,49**	**100**	**TOTAL**	**317.265,65**	**100**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.4 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

O saldo de crédito empenhado a liquidar do exercício em atendimento ao Art. 103 (Lei nº 4.320/1964), que dispõe que “os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”, nos termos do (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964). No período, os recebimentos extraorçamentários representaram 14,56% do total dos ingressos financeiros, com um acréscimo de 16,27% em relação ao mesmo período de 2021.

Em relação a Inscrição dos restos a pagar processados e não processados equivalem a 98,88% do total de Recebimentos Extraorçamentários no valor total de R$ 28.329.352,44 sendo que desse total realizou-se pagamentos até 30/09/2022 no total de R$ 19.851.476,56 sendo 38,93% para restos a pagar processados e 59,71% para restos a pagar não processados, o total de pagamentos representa cerca de 70,07% do total dos Recebimentos Extraorçamentários.

Tabela 20 – Recebimentos e Pagamentos extraorçamentários – Composição

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	set/22	AV (%)	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	set/22	AV (%)
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.085.283,25	24,73	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7.834.910,05	38,93
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	21.244.069,19	74,15	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	12.016.566,51	59,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	267.460,56	0,93	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	274.535,19	1,36
Outros Recebimentos Extraorçamentários	54.092,98	0,19	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0
Arrecadação de Outra Unidade	54.092,98	0,19	Demais Pagamentos	0,00	0
Demais Recebimentos	-	0,00			
TOTAL	**28.650.905,98**	**100**	**TOTAL**	**20.126.011,75**	**100,00**

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.5 Resultado Financeiro

Observa-se que em relação ao mesmo período do exercício anterior houve uma diminuição no resultado financeiro, apresentando o valor de negativo de R$ 1.806.823,16 (um milhão, oitocentos e seis mil, oitocentos e vinte e três reais e dezesseis centavos). Para o Cálculo do Resultado existem duas metodologias de cálculos, que serão apresentadas a seguir.

Na metodologia 1, o resultado financeiro é obtido pela dedução dos dispêndios do total dos ingressos, não se computando o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tanto do lado dos ingressos quanto do lado dos dispêndios.

Quadro 16 – Resultado Financeiro – Metodologia 01

Ingressos	**30/09/2022**	**30/09/2021**
Receitas Orçamentárias	24.395,41	17.731,94
Transferências Financeiras Recebidas	100.348.046,49	91.469.290,15
Recebimentos Extra orçamentários	28.650.905,98	16.598.319,04
Dispêndios	**30/09/2022**	**30/09/2021**
Despesas Orçamentárias	110.383.893,64	91.937.594,60
Transferências Financeiras Concedidas	317.265,65	435.901,51
Despesas Extra Orçamentárias	20.126.011,75	17.310.301,43
(=) Resultado Financeiro	***- 1.803.823,16***	***- 1.598.456,41***

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Na metodologia 2, o Resultado Financeiro é o resultado entre o Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa e o Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa.

Quadro 17 – Resultado Financeiro – Metodologia 02

Dispêndios	**30/09/2022**	**30/09/2021**
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	7.355.789,68	7.295.212,38
Ingressos	**30/09/2022**	**30/09/2021**
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	9.159.612,84	8.893.669,39
(=) Resultado Financeiro	***- 1.803.823,16***	***- 1.598.457,01***

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7. Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC – 3º Trimestre/2022

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. (MCASP, 9ª Ed. 2021).

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro - BF.

Portanto, em 30 de setembro de 2022, a geração líquida de caixa foi negativa em R$ 1.803.823,16, apresentando uma diminuição em relação ao mesmo período do exercício de 2021, que apresentou resultado negativo, em cerca de 12,85% conforme quadro abaixo:

Tabela 20 – Resultado Financeiro

Resultado Financeiro BF x DFC	***2022***	***2021***
Caixa e Equivalente de Caixa Final (Ex. Seguinte)	7.355.789,68	7.295.212,38
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Ex. Anterior)	9.159.612,84	8.893.669,39
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**-1.803.823,16**	**-1.598.457,01**

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

O Grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”.

O Instituto Federal do Acre, em 30/09/2022, no item “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, apresentou o saldo de R$ 7.355.789,68 em comparação ao mesmo período do exercício de 2021, resultando em uma diminuição percentual de 19,69%.

7.1 - Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

7.1.1 - Ingressos

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extraorçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

Nos ingressos vale comentar sobre o item Transferências Financeiras Recebidas que corresponde a R$ 100.348.046,49, ou seja, 99,66% do total de ingressos, ressaltando às resultantes da Execução Orçamentária compostas em sua maioria pela rubrica repasse, sendo esse o item mais relevante dos ingressos e representando a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA.

Tabela 21 – Atividades Operacionais - Composição dos principais Ingressos

ATIVIDADES OPERACIONAIS	**30/09/2022**	**30/09/2021**	***AH (%)***
INGRESSOS	***100.693.995,44***	***91.767.193,05***	***9,73***
Receita Patrimonial	5.553,35	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	18.842,06	17.539,50	*7,43*
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes Recebidas	**0,00**	**191,84**	
Intergovernamentais	0,00	**0,00**	0,00
Outras Transf. Recebidas	*0,00*	**191,84**	0,00
Outros Ingressos das Operações	**100.669.600,03**	**91.749.461,71**	**9,72**
Ingressos Extraorçamentários	267.460,56	147.665,30	81,13
Transferências Financeiras Recebidas	100.348.046,49	91.469.290,15	9,71
Arrecadação de Outra Unidade	54.092,98	132.506,26	-59,18
Demais Recebimentos	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.1.2 - Desembolsos

Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo 12, e não por elemento de despesa (categoria de gasto) conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério do Planejamento.

Em 30 de setembro de 2022 os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos Operacionais), totalizaram - R$ 94.861.663,59 milhões, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de - R$ 81.363.989,75, representando 85.77% do total; seguido de Transferências Concedidas - Intragovernamentais, com R$ 12.046.157,69, representando 12,70% do total dos desembolsos.

Tabela 22 – Atividades Operacionais - Composição dos principais Desembolsos

ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/09/2022	30/09/2021	AH (%)
DESEMBOLSOS	**-94.861.663,59**	**-87.571.406,20**	**8,32**
Pessoal e Demais Despesas	**-82.190.526,16**	**-75.623.897,20**	**8,68**
Previdência Social	-531.302,58	-473.758,35	**12,15**
Educação	-81.363.989,75	-75.094.521,65	**8,35**
Cultura	0,00	-22.080,00	**-100,00**
Direitos da Cidadania	-129.012,50	-2.050,00	**6193,29**
Organização Agrária	-74.300,00	0,00	**0,00**
Desporto e Lazer	-91.921,33	-31.487,20	**191,93**
Transferências Concedidas	**-12.079.336,59**	**-11.369.034,63**	**6,25**
Intragovernamentais	-12.046.157,69	-11.359.458,43	**6,05**
Outras Transf. Concedidas	-33.178,90	-9.576,20	**246,47**
Outros Desembolsos das Operações	**-591.800,84**	**-578.474,37**	**2,30**
Dispêndios Extraorçamentários	-274.535,19	-142.572,86	**92,56**
Transferências Financeiras Concedidas	-317.265,65	-435.901,51	**-27,22**
Demais Pagamentos	0,00	0,00	**0,00**

7.2 - Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (http://www.tesouro.gov.br/-/glossario). Em termos gerais observa-se uma redução em cerca de 31,79% no total das atividades de investimento, esse resultado é gerado principalmente pelo grupo Aquisição de Ativo Não Circulante, com cerca de 96,86% do total dos Desembolsos.

Tabela 23 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento

	30/09/2022	30/09/2021	AH (%)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-7.636.155,01**	**-5.794.243,86**	**31,79**
INGRESSOS	**-**	**-**	**0,00**
DESEMBOLSOS	**-7.636.155,01**	**-5.794.243,86**	**31,79**
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.396.516,05	-5.615.543,86	**31,72**
Outros Desembolsos de Investimentos	-239.638,96	-178.700,00	**34,10**

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.3 - Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

No terceiro trimestre de 2022 não houve registros de ingressos e dispêndios no âmbito do Instituto Federal do Acre e de suas Unidades Gestoras.

8. Conclusão

A estrutura conceitual estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais NBCs TSP.

O principal objetivo da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, não obter lucros e gerar retornos financeiros para os acionistas. Por esse motivo, o desempenho dessas entidades só pode ser avaliado parcialmente através da análise do status patrimonial, desempenho e fluxo de caixa.

Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações.

O objetivo das demonstrações financeiras de entidades do setor público é fornecer informações contábeis sobre a entidade que reporta as informações, e o objetivo é direcionar os usuários para a prestação de contas e tomada de decisão.

Aproveitamos o ensejo para informar que todas as informações relativas à Contabilidade estão disponíveis nos portais da IFAC para apreciação de qualquer cidadão que deseja exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização.

A equipe CCONT/DIRCF está à disposição da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão dos resultados alcançados no segundo trimestre de 2022.

Rio Branco, 30 de setembro de 2022

Greiciane Coelho Camargo
Coordenadora de Contabilidade
Diretoria de Contabilidade e Finanças

Franklyn Oliveira Firmo
Diretor de Contabilidade e Finanças
Pró Reitoria de Administração

9. Anexos

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

9.1 – Balanço Patrimonial – 3º Tri/2022

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
24/10/2022	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	**12.634.533,88**	**10.241.906,91**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**58.428.860,80**	**47.908.835,22**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**7.355.789,68**	**9.159.612,84**	**Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**11.526.711,13**	**6.618.000,65**
Créditos a Curto Prazo	**4.937.178,80**	**674.581,30**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores	4.937.178,80	674.581,30	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**1.476.210,99**	**576.949,56**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Estoques	**341.565,40**	**407.712,77**	**Transferências Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	**Provisões a Curto Prazo**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**45.425.938,68**	**40.713.885,01**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**111.718.240,65**	**104.077.002,98**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**162.441,31**	**647.109,75**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**1.557,54**	**1.557,54**	**Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo**	**127.306,52**	**602.806,62**
Créditos a Longo Prazo	1.557,54	1.557,54	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores	1.557,54	1.557,54	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Estoques	-	-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Investimentos	-	-	**Transferências Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Participações Permanentes	-	-	**Provisões a Longo Prazo**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**35.134,79**	**44.303,13**
Propriedades para Investimento	-	-	**Resultado Diferido**		-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**58.591.302,11**	**48.555.944,97**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Reservas de Capital**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	**Reservas de Lucros**	-	-
Imobilizado	**110.944.912,27**	**103.507.557,60**	**Demais Reservas**	-	-
Bens Móveis	46.641.476,26	45.334.328,90	**Resultados Acumulados**	**65.761.472,42**	**65.762.964,92**
Bens Móveis	46.641.476,26	45.334.328,90	Resultado do Exercício	-11.143,57	4.696.243,77
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	65.762.964,92	61.670.638,92
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	9.651,07	-603.917,77
Bens Imóveis	64.303.436,01	58.173.228,70	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
Bens Imóveis	64.319.679,82	58.190.988,07	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**65.761.472,42**	**65.762.964,92**
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-16.243,81	-17.759,37			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**771.770,84**	**567.887,84**			
Softwares	770.862,84	566.979,84			
Softwares	770.862,84	566.979,84			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	908,00	908,00			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
24/10/2022	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	908,00	908,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**124.352.774,53**	**114.318.909,89**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**124.352.774,53**	**114.318.909,89**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	**7.355.789,68**	**9.159.612,84**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**38.186.461,07**	**30.188.199,75**
ATIVO PERMANENTE	**116.996.984,85**	**105.159.297,05**	**PASSIVO PERMANENTE**	**50.817.519,79**	**40.343.794,18**
			SALDO PATRIMONIAL	**35.348.793,67**	**43.786.915,96**

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**21.662.086,79**	**21.707.273,81**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**36.438.989,17**	**33.150.887,12**
Atos Potenciais Ativos	21.662.086,79	21.707.273,81	Atos Potenciais Passivos	36.438.989,17	33.150.887,12
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.286.583,43	1.253.829,22	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	19.320.373,96	20.398.315,19	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	198.917,92	448.602,81
Direitos Contratuais	55.129,40	55.129,40	Obrigações Contratuais	36.240.071,25	32.702.284,31
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	**21.662.086,79**	**21.707.273,81**	**TOTAL**	**36.438.989,17**	**33.150.887,12**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-28.860.105,72**
Recursos Vinculados	**-1.970.565,67**
Educação	-1.006.062,30
Previdência Social (RPPS)	-18.469,40
Dívida Pública	-207.522,52
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-738.511,45
TOTAL	**-30.830.671,39**

9.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – 3º Tri/2022

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2022
PERIODO	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	24/10/2022
PAGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**101.490.004,90**	**92.164.710,17**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**6.140,70**	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	6.140,70	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**100.353.045,49**	**91.469.881,99**
Transferências Intragovernamentais	100.348.046,49	91.469.290,15
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	191,84
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4.999,00	400,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**1.057.883,67**	**544.782,42**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	249.982,89	116.621,08
Ganhos com Desincorporação de Passivos	807.900,78	428.161,34
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**72.935,04**	**150.045,76**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
24/10/2022	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	72.935,04	150.045,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**101.501.148,47**	**92.235.939,57**
Pessoal e Encargos	**82.233.751,32**	**78.848.183,19**
Remuneração a Pessoal	66.316.402,04	63.701.120,36
Encargos Patronais	12.292.227,03	11.600.646,48
Benefícios a Pessoal	3.619.122,25	3.544.416,35
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	6.000,00	2.000,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**1.022.809,22**	**900.291,99**
Aposentadorias e Reformas	398.496,84	364.320,17
Pensões	178.281,75	154.943,01
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	446.030,63	381.028,81
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**10.841.825,15**	**8.524.062,77**
Uso de Material de Consumo	503.916,45	191.505,63
Serviços	10.330.785,26	8.328.163,42
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.123,44	4.393,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**587,35**	**97,91**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	97,91
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	587,35	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**350.444,55**	**457.403,80**
Transferências Intragovernamentais	317.265,65	435.901,51
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	33.178,90	9.576,20
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	11.926,09
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**4.653.754,02**	**1.697.224,45**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	169.531,50
Incorporação de Passivos	4.653.754,02	1.527.692,95
Desincorporação de Ativos	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
24/10/2022	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2022	2021
Tributárias	**176.556,99**	**72.946,04**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	141.952,47	55.396,77
Contribuições	34.604,52	17.549,27
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**2.221.419,87**	**1.735.729,42**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	2.221.419,87	1.735.589,32
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	140,10
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-11.143,57**	**-71.229,40**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2022	2021

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

9.3 – Balanço Orçamentário – 3º Tri/2022

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
24/10/2022	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	**24.395,41**	**24.395,41**
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	**5.553,35**	**5.553,35**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	5.553,35	5.553,35
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	**18.842,06**	**18.842,06**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	5.946,12	5.946,12
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	12.895,94	12.895,94
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
24/10/2022	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	**24.395,41**	**24.395,41**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	**24.395,41**	**24.395,41**
DEFICIT			**110.359.498,23**	**110.359.498,23**
TOTAL	-	-	**110.383.893,64**	**110.383.893,64**
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	**1.000.890,00**	-	**-1.000.890,00**
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	1.000.890,00	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**131.153.626,00**	**132.539.516,00**	**106.030.748,34**	**89.054.068,49**	**82.018.785,24**	**26.508.767,66**
Pessoal e Encargos Sociais	**103.963.373,00**	**106.300.952,00**	**82.964.948,90**	**76.547.702,28**	**71.387.955,19**	**23.336.003,10**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**27.190.253,00**	**26.238.564,00**	**23.065.799,44**	**12.506.366,21**	**10.630.830,05**	**3.172.764,56**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.521.155,00**	**1.136.155,00**	**4.353.145,30**	**85.755,96**	**35.755,96**	**-3.216.990,30**
Investimentos	**1.521.155,00**	**1.136.155,00**	**4.353.145,30**	**85.755,96**	**35.755,96**	**-3.216.990,30**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**132.674.781,00**	**133.675.671,00**	**110.383.893,64**	**89.139.824,45**	**82.054.541,20**	**23.291.777,36**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**132.674.781,00**	**133.675.671,00**	**110.383.893,64**	**89.139.824,45**	**82.054.541,20**	**23.291.777,36**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
24/10/2022	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	**132.674.781,00**	**133.675.671,00**	**110.383.893,64**	**89.139.824,45**	**82.054.541,20**	**23.291.777,36**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**943.435,25**	**5.703.449,46**	**4.785.932,32**	**4.613.939,11**	**408.895,40**	**1.624.050,20**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**943.435,25**	**5.703.449,46**	**4.785.932,32**	**4.613.939,11**	**408.895,40**	**1.624.050,20**
DESPESAS DE CAPITAL	**7.503.583,02**	**7.825.581,23**	**7.548.967,15**	**7.402.627,40**	**63.644,53**	**7.862.892,32**
Investimentos	**7.503.583,02**	**7.825.581,23**	**7.548.967,15**	**7.402.627,40**	**63.644,53**	**7.862.892,32**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**8.447.018,27**	**13.529.030,69**	**12.334.899,47**	**12.016.566,51**	**472.539,93**	**9.486.942,52**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**58.123,65**	**7.634.881,65**	**7.637.138,40**	-	**55.866,90**
Pessoal e Encargos Sociais	-	**6.759.220,33**	**6.759.220,33**	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**58.123,65**	**875.661,32**	**877.918,07**	-	**55.866,90**
DESPESAS DE CAPITAL	**275.868,50**	**197.771,65**	**197.771,65**	-	**275.868,50**
Investimentos	**275.868,50**	**197.771,65**	**197.771,65**	-	**275.868,50**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	**333.992,15**	**7.832.653,30**	**7.834.910,05**	-	**331.735,40**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

9.4 – Balanço Financeiro – 3º Tri/2022

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
24/10/2022	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	**24.395,41**	**17.731,34**	**Despesas Orçamentárias**	**110.383.893,64**	**91.937.594,60**
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	**108.921.554,33**	**90.717.762,21**
Vinculadas	**25.175,60**	**17.731,34**	**Vinculadas**	**1.462.339,31**	**1.219.832,39**
Educação	12.895,94	17.539,50	Educação		188.269,51
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		823.562,88
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	12.279,66	191,84	Previdência Social (RPPS)	552.927,60	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-780,19**	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	909.411,71	208.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	**100.348.046,49**	**91.469.290,15**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**317.265,65**	**435.901,51**
Resultantes da Execução Orçamentária	87.293.146,83	81.523.837,52	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	87.293.146,83	81.523.837,52	Independentes da Execução Orçamentária	317.265,65	435.901,51
Independentes da Execução Orçamentária	13.054.899,66	9.945.452,63	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	250.084,89	285.855,75
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	12.790.525,45	9.439.789,58	Movimento de Saldos Patrimoniais	67.180,76	150.045,76
Movimentação de Saldos Patrimoniais	264.374,21	505.663,05	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	**28.650.905,98**	**16.598.319,04**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**20.126.011,75**	**17.310.301,43**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.085.283,25	5.997.003,32	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7.834.910,05	7.259.889,27
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	21.244.069,19	10.321.144,16	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	12.016.566,51	9.907.839,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	267.460,56	147.665,30	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	274.535,19	142.572,86
Outros Recebimentos Extraorçamentários	54.092,98	132.506,26	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	54.092,98	132.506,26			
Saldo do Exercício Anterior	**9.159.612,84**	**8.893.669,39**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**7.355.789,68**	**7.295.212,38**
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.159.612,84	8.893.669,39	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.355.789,68	7.295.212,38
TOTAL	**138.182.960,72**	**116.979.009,92**	**TOTAL**	**138.182.960,72**	**116.979.009,92**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

9.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – 3º Tri/2022

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
24/10/2022	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**5.832.331,85**	**4.195.786,85**
INGRESSOS	**100.693.995,44**	**91.767.193,05**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	**5.553,35**	
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**18.842,06**	**17.539,50**
Transferências Recebidas	-	**191,84**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	191,84
Outros Ingressos Operacionais	**100.669.600,03**	**91.749.461,71**
Ingressos Extraorçamentários	267.460,56	147.665,30
Transferências Financeiras Recebidas	100.348.046,49	91.469.290,15
Arrecadação de Outra Unidade	54.092,98	132.506,26
DESEMBOLSOS	**-94.861.663,59**	**-87.571.406,20**
Pessoal e Demais Despesas	**-82.190.526,16**	**-75.623.897,20**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-531.302,58	-473.758,35
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-81.363.989,75	-75.094.521,65
Cultura	-	-22.080,00
Direitos da Cidadania	-129.012,50	-2.050,00
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-74.300,00	-
Indústria	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
24/10/2022	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-91.921,33	-31.487,20
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-12.079.336,59**	**-11.369.034,63**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-12.046.157,69	-11.359.458,43
Outras Transferências Concedidas	-33.178,90	-9.576,20
Outros Desembolsos Operacionais	**-591.800,84**	**-578.474,37**
Dispêndios Extraorçamentários	-274.535,19	-142.572,86
Transferências Financeiras Concedidas	-317.265,65	-435.901,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-7.636.155,01**	**-5.794.243,86**
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	**-7.636.155,01**	**-5.794.243,86**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-7.396.516,05**	**-5.615.543,86**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	**-239.638,96**	**-178.700,00**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-1.803.823,16**	**-1.598.457,01**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**9.159.612,84**	**8.893.669,39**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**7.355.789,68**	**7.295.212,38**